

Sociologia no Ensino Médio: entre a intermitência e o desafio

Luisa Barbosa

Graduada do Curso de Ciências Sociais / UFRJ

Bruna Lucila

Graduada do Curso de Ciências Sociais / UFRJ

Palavras chave:

Sociologia, ensino, educação.

Key words:

Sociology, teaching, education.

RESUMO: Este trabalho busca refletir sobre os avanços e dilemas do ensino de Sociologia no Brasil. Aliamos essa reflexão ao desafio recente colocado pela efetivação da disciplina como obrigatória em todos os anos do Ensino Médio. Para isso, buscamos principalmente a observação discente sobre a disciplina em si. Procuramos assim contribuir para o aprimoramento da prática docente, entendendo o aluno como fonte de significado.

ABSTRACT: This following article shows a reflection on the progress and the dilemmas of teaching sociology in Brazil. Our purpose is to combine this reflection with the challenges emerged from the alter of legislation, which established the compulsory teaching of sociology for all year of high school. In order to develop our research, we considered of most importance the opinion of the students about this subject. We intend to contribute to the improvement of sociology as a subject in high school, understanding the student as a source of meaning.

Introdução

Esse artigo é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida por duas licenciandas em Sociologia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estágio supervisionado e as aulas de Didática Especial estimularam a realização de uma pesquisa sobre a percepção discente ao ensino de Sociologia que apresentamos introdutoriamente neste artigo.

Tal pesquisa ainda se encontra em fase de tabulação dos dados coletados. No entanto, ainda assim é possível levantar algumas pertinentes questões a respeito do ensino de Sociologia nesse recente cenário de mudanças.

A aprovação da Sociologia como disciplina efetiva em todos os anos do Ensino Médio constitui-se como um avanço significativo para a educação brasileira. No entanto, junto com ele, inúmeros desafios são colocados para os atores

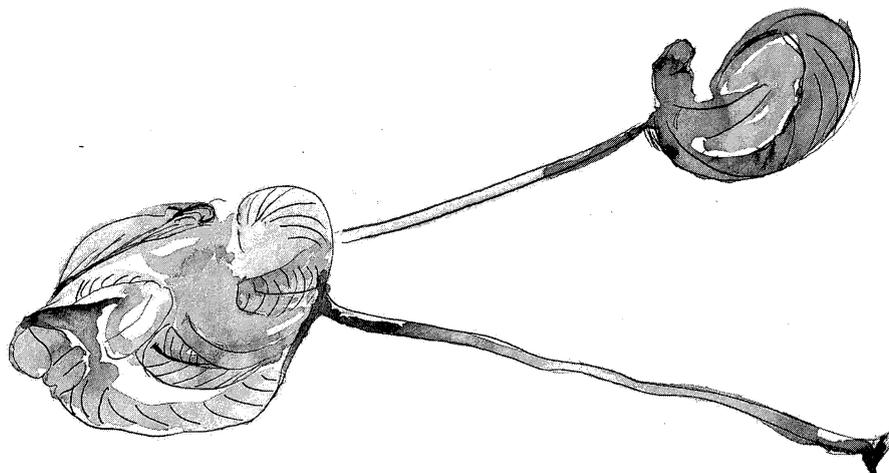
que desenvolvem o saber sociológico, nas mais diferentes esferas.

A ampliação dos cursos de licenciatura, a adequação da grade escolar, a contratação de professores qualificados, e principalmente, o ensino de Sociologia e sua prática pedagógica se colocam como algumas das demandas centrais que temos em nosso horizonte.

Nosso objetivo aqui foi contribuir um pouco com esse momento considerando o aluno como foco analítico principal. A percepção do aluno sobre a disciplina, as práticas que mais facilitam o seu entendimento e a sua ausência no vestibular¹ foram alguns dos questionamentos que nos guiaram na elaboração dessa pesquisa.

Histórico de intermitência

A história do ensino de Sociologia no Brasil inicia-se no ano de 1870. Através de proposta contida no parecer de Rui Barbosa, sua inclusão



¹ Algumas Universidades como a UFU – Universidade Federal de Uberlândia – já adotam Sociologia no Vestibular. Tais iniciativas, no entanto, são tímidas se considerarmos o número de Universidades no Brasil.

é sugerida em substituição ao ensino de Direito Natural. O parecer, no entanto, nem chega a ser votado no Congresso.

Apenas dez anos depois o tema volta através da Reforma Educacional de Benjamin Constant. Na proposta, a disciplina passaria a constar como obrigatória no Ensino Secundário. A reforma não é implementada, mas, a Sociologia vai progressivamente acumulando prestígio e sendo lecionada em alguns cursos, com destaque para aqueles voltados para a formação de professores.

Em 1925 a Sociologia passa a integrar de fato os currículos escolares brasileiros pela Reforma Rocha Vaz sendo mantida também pela Reforma Francisco Campos de 1931. Em 1933, para atender a demanda escolar, são iniciados os cursos de Ciências Sociais em diversas universidades brasileiras. A disciplina ia se consolidando no cenário nacional, porém, tal trajetória é interrompida já em 1942. Fruto da Reforma Capanema, a disciplina perde o caráter de obrigatoriedade nos currículos.

Na nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB: Lei n. 4.024/61) a Sociologia continua sem caráter obrigatório. A disciplina, considerada como optativa nos currículos escolares, vai desaparecendo das escolas. Seu ensino, quando ocorre, vem marcado pela perspectiva tecnicista, visando à busca de resultados objetivos (OCN, 2006). Em 1971, por intermédio de uma nova LDB imposta pelo governo militar, retira-se a Sociologia dos currículos escolares. As escolas a substituem pela Educação Moral e Cívica (EMC) e pela Organização Social e Política Brasileira (OSP). Estas disciplinas só foram retiradas definitivamente com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n° 9.394, de 1996).

Nos anos 80, o governo federal se

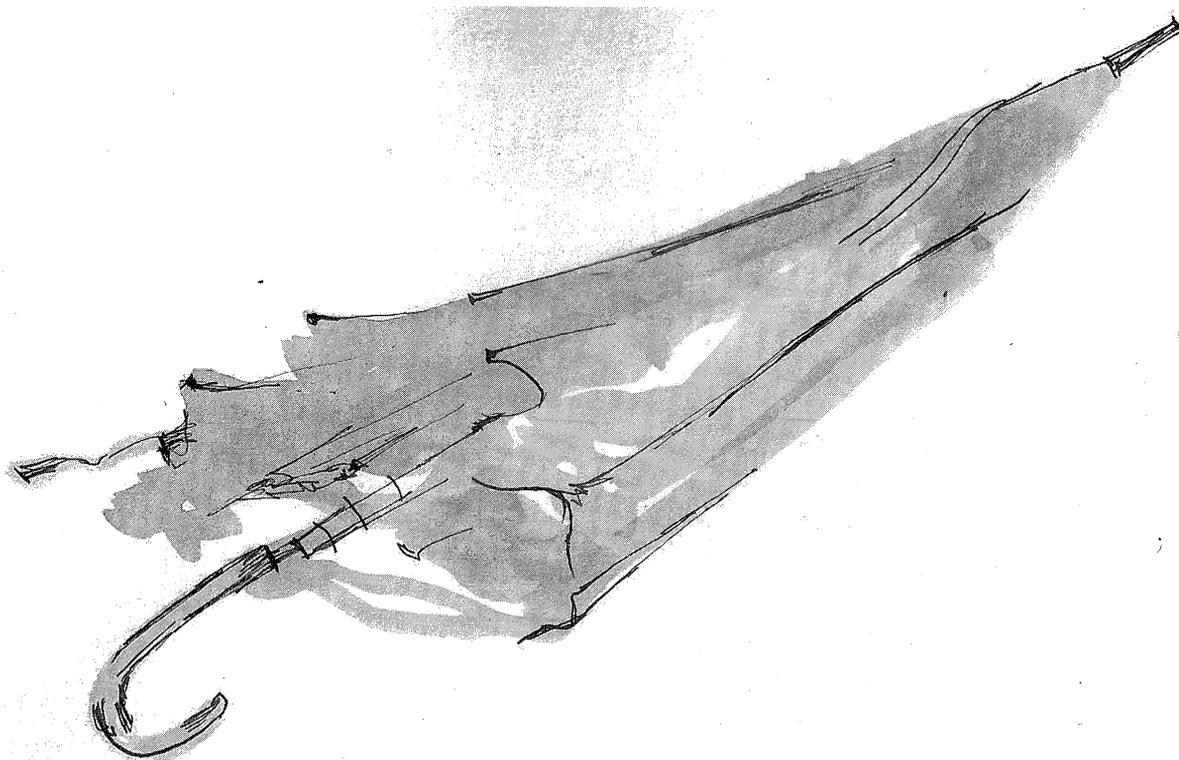
desresponsabiliza pela unicidade do currículo e desobriga o ensino técnico. Assim abre a possibilidade para a sua pluralidade, ao longo do Brasil.

Se por um lado tal medida afasta o Estado brasileiro da formação educacional, trazendo prejuízos imensuráveis que reforçam as desigualdades regionais no campo educacional, por outro abre possibilidades para que cada Estado aprimore seu currículo.

A partir daí, Secretarias Estaduais de Educação passam a adotar com mais prioridade o ensino de Sociologia. Tal medida marca o período de reinserção da disciplina que vai de 1982 até os tempos atuais.

Na LDB de 1996 ela é sugerida novamente para os currículos do ensino secundário, chamado atualmente de ensino médio. Tal proposta agrega também o ensino de Filosofia. A medida se configura como um passo importante para a efetivação tanto da Sociologia quanto da Filosofia no ensino médio. Contudo, sua aplicabilidade real é extremamente limitada pela dubiedade da proposta. Alguns Estados a adotam pelo menos em um ano do Ensino Médio – como é o caso do Rio de Janeiro onde a Filosofia compõe a grade do 1º ano e a Sociologia do 3º ano. Outros preferem não adotá-la – como no Estado de São Paulo. Não são disciplinas obrigatórias e seu ensino é restrito a atividades e projetos específicos que visam compor a parte diversificada da grade curricular do Ensino Médio.

Principalmente a partir dessa medida o movimento social em defesa da inclusão da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio ganha força. Essa passa a ser uma das principais bandeiras de associações de professores, sindicatos, centros acadêmicos e grêmios estudantis ligados às disciplinas. Também consta na pauta das principais entidades nacionais no campo da edu-



cação: a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas).

Passeatas, campanhas e mobilizações vão ganhando corpo e o Governo Federal, a partir de 2003, inicia uma discussão efetiva sobre tal inclusão. Apenas no ano de 2006, pelo parecer nº 38, o Ministério da Educação obriga a inclusão de ambas no Ensino Médio, mas, ainda assim, essas não são exigidas em todos os anos.

Contudo, o ano de 2008 muda esse quadro. Após inúmeras manifestações, debates e campanha em prol dessa causa, a Sociologia e a Filosofia passam a se tornar disciplinas obrigatórias de todo o Ensino Médio através da lei 11.684 de dois de junho de 2008. Tal medida, que tem um período de dois anos para ser concluída em seu conjunto, abre amplas possibilidades e ao mesmo tempo traz novas contradições que, até então, não se colocavam na pauta dos pesquisadores e/ou professores de Sociologia.

Quadro atual

Apesar da considerável vitória recente, o quadro não é dos melhores para o ensino de Sociologia. Em virtude desta intermitência por longos 54 anos (onde esteve presente somente nos cursos técnicos de magistério), esta disciplina ainda ocupa atualmente um lugar marginal no rol dos componentes curriculares (SANTOS, 2004). Figurou nos currículos até então com carga horária bastante reduzida se compararmos com a das outras disciplinas. Como já destacado, sua adoção nunca foi completa em todas as escolas do Ensino Médio. Principalmente as escolas particulares de todo o território nacional negligenciaram sua aplicação.

Aliado a tudo isso está ainda a sua ausência nos vestibulares que, se por um lado não restringe a disciplina a uma perspectiva voltada puramente para o conteúdo programático de uma prova, por outro, a coloca em um patamar de "pouca importância", encarada subjetivamente por diferentes atores do ambiente escolar.

Os docentes de outras disciplinas parecem considerá-la como pouco importante e mantêm um vínculo bastante fluido com a disciplina e com o professor que a ministra, devido a sua baixa frequência na escola. O corpo pedagógico, conforme observamos em nossa pesquisa, quando precisa substituir alguma aula para a realização de atividades extracurriculares preferem sacrificar as de Sociologia e Filosofia. E os alunos muitas vezes lhe dão pouca importância pelo objetivo pragmático de resultado no vestibular, etapa que se encontra bem próxima já que esses alunos estão no último ano do Ensino Médio.

Considerando ainda essa trajetória do ensino de Sociologia no Brasil, é possível pontuar que nossa experiência como disciplina efetiva da grade escolar sempre foi muito limitada, ligada estreitamente ao momento político vivido pelo país (SANTOS, 2004). As Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006 – OCN – em relação ao ensino de Sociologia, no entanto, indicam que pelo menos em dois períodos a limi-

tação desta disciplina nas grades não se confirma². Porém, acreditamos que a Sociologia, ao longo desses mais de cem anos, teve sua aplicação aliada, na maioria das vezes, a interesses políticos de determinados contextos históricos.

Por conta disso nunca existiu até então, em nível nacional, um currículo objetivo sobre esse ensino. A ambigüidade refletida na Reforma de 1996, que apesar de ressaltar a necessidade do ensino de Filosofia e Sociologia não as define como obrigatórias, vai nos render orientações muito gerais nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

Também muito pouco foi produzido, até os tempos atuais, sobre o ensino de Sociologia principalmente pelos sociólogos licenciados, que convivem cotidianamente com os conflitos da sala de aula.

Tal análise não se coloca aqui como crítica direta aos PCNEM³. De fato esses não podiam ser tão objetivos já que o tempo que o professor contava em sala de aula era extremamente limitado. Qualquer tentativa que procurasse enrijecer tal prática traria muito mais malefícios do que benefícios, na nossa opinião.

Nesse cenário, os professores de Sociologia da maioria das escolas precisavam abusar de sua capacidade criadora. Por conta disso reinventavam e reinventam cotidianamente sua ação na sala de aula com muita criatividade e ousadia e, até agora, de forma bastante individual pela perspectiva do corpo docente. No Rio de Janeiro, grande parte das escolas conta apenas com um ou dois professores, devido existência do ensino de Sociologia apenas no último ano do Ensino Médio. Tal fato dificulta ainda a elaboração de um plano de curso mais amplo, com mais opiniões e discussões sobre sua elaboração e desenvolvimento.

Os professores, como afirma François Dubet, tem que lidar com alunos bastante diferentes e por isto os seus saberes são tão importantes (DUBET, 1997 *apud* PERALVA & SPOSITO, 1997). Eles o ajudam a moldar suas aulas de acordo com determinada turma, ou com determinado tipo de aluno.

Nem sempre os alunos estão dispostos a realizar as atividades pertinentes ao seu papel social e por isto acabam reagindo com uma certa resistência ao professor. Eles não trabalham espontaneamente e por isso é preciso que muitas vezes repita-se várias vezes o mesmo assunto, para fixar o conhecimento.

Como Dubet já afirmava, ocupá-los constantemente é uma necessidade para que se consiga dar prosseguimento a aula. Nas escolas públicas do Brasil tal desafio ainda se avoluma (DUBET, 1997 *apud* PERALVA & SPOSITO, 1997). Como destaca Saes e Alves (2004) os alunos da escola pública exteriorizam seus ressentimentos pessoais na instituição escolar e nos seus funcionários de maneira geral.

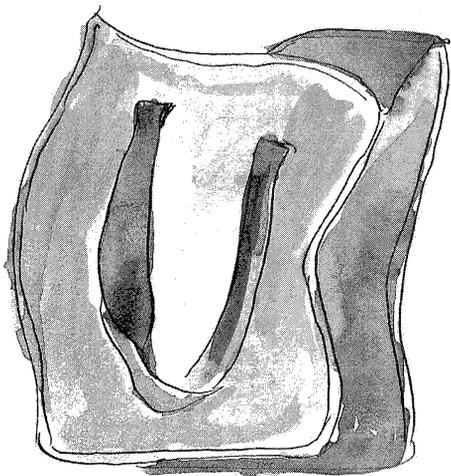
Toda essa realidade complexa faz com que o saber da prática⁴ seja ainda mais presente na sala de aula, pela ausência de definições claras sobre o ensino da Sociologia. O docente, sem dúvida, tem um papel fundamental na construção desse conhecimento.

Tardif, autor das primeiras constata-

² Nos referimos aqui ao período posterior à 1937, na ditadura Vargasista, e em 2001 sobre o veto do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

³ Cabe lembrar que os PCN's foram as primeiras orientações para o ensino de Sociologia, publicados em 1998.

⁴ Estamos nos referindo aqui ao conceito desenvolvido por Tardif et al (1991).



ções de estudos acerca da difusão da pesquisa universitária sobre o ensino escolar, através de método colaborativo entre professores da universidade e da escola, vai refletir criticamente sobre a separação existente entre a universidade – que “produz conhecimento” – e a escola – que “aplica esse conhecimento”.

A base de sua formulação é a compreensão do saber docente como um saber plural, constitutivo da prática docente, onde o professor da escola ocupa posição estratégica, porém, desvalorizada. São eles: os saberes profissionais, os pedagógicos, os da disciplina, os curriculares e, principalmente, os saberes da experiência.

Em relação a esse último saber, diretamente ligado à prática docente, o autor vai ainda inserir o conceito bourdiano de *habitus social* – as disposições adquiridas na e pela prática real – compreendendo esse saber como principal reação à desvalorização da profissão docente, por parte dos próprios docentes.

Essa realidade, no entanto, passa atualmente em nossa experiência nacional por uma nova fase de transformação. Sendo uma disciplina efetiva da grade curricular para todo o Ensino Médio, os desafios colocados para nós, professores e pesquisadores da Sociologia da Educação, são imensos no sentido de produzir conteúdo e refletir sobre a prática docente.

Apesar da existência de trabalhos importantes a respeito da trajetória histórica e do ensino de Sociologia como em Carvalho (2004); os problemas vividos na escola pública brasileira, a sua diversidade e seus conflitos como em Saes e Alves (2004); e a prática pedagógica em Monteiro (2002), consideramos necessário desenvolver um trabalho onde o foco central fosse o aluno.

Procuramos perceber o papel da Sociologia na formação dos estudantes enquanto indivíduos na sociedade, e a relevância desse ensino para alunos do Ensino Médio em duas escolas específicas, consideradas nessa pesquisa.

Investigação

A metodologia utilizada para essa investigação se pautou na aplicação de questionários para os alunos do Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro e na observação participante. A observação se constituiu como etapa fundamental para a elaboração do questionário. Através dela foi possível formular as perguntas que nos dariam respostas mais elucidativas.

Além de ajudar substantivamente na elaboração desse instrumento, a observação participante nos permitiu refletir sobre a prática docente e a relação professor-aluno. A condição de licenciando nos coloca em um papel privilegiado na sala de aula já que nos encontramos no limite entre professor e aluno. Éramos colegas dos estudantes, por sermos também estudantes, e colegas das professoras regentes, por sermos aspirantes a professoras.

Nesse cenário “privilegiado” foi possível refletir bastante sobre esse momento ímpar na formação de um professor: Ana Maria Monteiro (2002) concebe a Prática de Ensino como realizada em três etapas. São elas: observação, co-participação e regência. A autora também destaca que, atualmente, a questão do saber vem se tornando central nos debates e pesquisas educacionais, a partir da ruptura com o modelo educacional pautado em uma racionalidade técnica. Em relação à didática do ensino, a questão fundamental colocada é a respeito do dilema de “como ensinar”. O desafio central é procurar identificar os mecanismos e recursos mais eficientes na sala de aula.

Essa questão para a Prática do Ensino de Sociologia é ainda mais latente. A autora referida vai procurar mostrar que, considerando a escola como ambiente da produção de saberes, a Prática de Ensino – originalmente ligada a concepções ligadas à racionalidade técnica – passa por um processo contínuo de transformações. Nesse contexto o estagiário – que ouve e enxerga coisas que nem os professores nem os alunos conseguem perceber – pode contribuir bastante com essa reflexão.

Este aspecto ocorreu durante todo o ano de 2008 em duas escolas estaduais bastante tradicionais da cidade do Rio de Janeiro: O Colégio Estadual Souza Aguiar – situado no centro da cidade, no bairro da Lapa; e o Colégio Estadual Professor Antonio Prado Jr, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca. Foram observadas seis turmas, sendo três de cada escola, que totalizavam 174 alunos.

Tais escolas mantêm um convênio com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por conta disso, desenvolvemos em ambas o estágio supervisionado para a obtenção do título de professoras de Sociologia.

A aplicação dos questionários considerou a não identificação dos alunos e foi dividida em dois blocos. Privilegamos as perguntas abertas para garantir informações detalhadas sobre a opinião dos discentes.

No primeiro buscamos desenvolver perguntas mais gerais que familiarizassem os entrevistados e pudessem traçar um perfil desses alunos com relação à sua faixa etária, sexo e

cor. Pretendemos também perceber a opinião desses alunos de acordo com sua escola e seu turno. Ainda, tentamos compreender sobre a vida desse indivíduo fora da escola, o que faz no tempo livre, que bairro mora e se trabalha ou não. Perguntamos também sobre a renda per capita da sua família.

Depois de realizadas essas perguntas, entramos no bloco mais importante para a nossa pesquisa: o de perguntas relativas ao ensino em geral e ao ensino de Sociologia.

Através de nossa observação participante anterior à elaboração dos questionários, pudemos retirar algumas impressões gerais. Não temos, no entanto, a ingenuidade de acreditar que apenas com essa pesquisa conseguiremos responder todas as perguntas que surgiram no decorrer desse trabalho. Também achamos que a disciplina como um todo, e principalmente seu ensino em sala de aula, passa por um constante processo de mudança onde o momento atual é emblemático. Dessa forma, a percepção dos alunos, pode servir substancialmente para um melhor aproveitamento do ensino de Sociologia em sala.

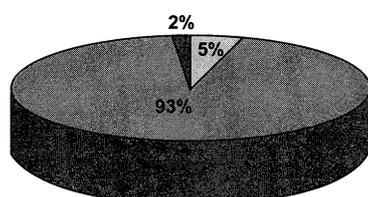
Considerações preliminares da pesquisa:

Estávamos de fato submetidas a um "ritual de passagem" no período de realização do estágio supervisionado. O momento marcava a saída da condição de aluno para a condição de professor. Como já analisado por Ana Maria Monteiro se referindo ao estagiário: "Ele/ela é, ao mesmo tempo, aluno e professor, portanto tem a sensibilidade aguçada para perceber as repercussões da ação educativa com olhos de quem ainda se sente como aluno" (MONTEIRO, 2000).

Encontrávamos-nos no limite entre a autoridade e a permissividade e percebíamos também – de forma muito mais "aguçada" – a necessidade e a possibilidade de produção de conhecimento sobre a educação, e em especial, sobre o ensino de Sociologia pensando também na capacidade do aluno.

Nossos dados preliminares mostram que a grande maioria dos alunos⁵ considera a Sociologia como uma disciplina necessária na grade curricular. Como mostra o gráfico abaixo:

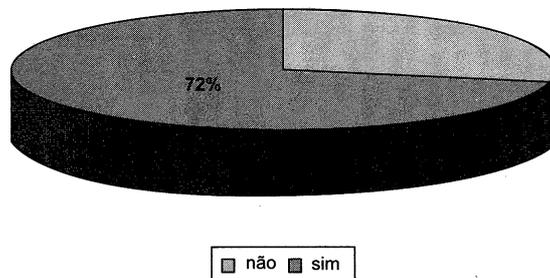
AS AULAS DE SOCIOLOGIA SÃO NECESSÁRIAS?
(EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim ■ não respondeu

No entanto, quando perguntamos se existiam disciplinas mais importantes que a Sociologia, percebemos que o seu prestígio não é equiparado ao das outras:

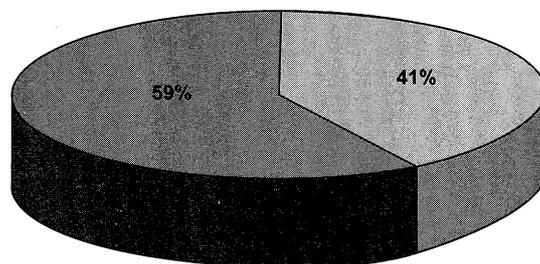
EXISTEM DISCIPLINAS MAIS IMPORTANTES QUE A SOCIOLOGIA? (EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim

A justificativa para tal resposta vinha da argumentação de que essa não "caía" no tão temido vestibular. Quando perguntamos se a mesma deveria constar no vestibular, nos surpreendemos com a resposta. Acreditávamos que os alunos não gostariam de ter mais uma disciplina para estudar e que a resposta seria negativa. No entanto 59% dos alunos destacaram que gostariam que ela caísse no vestibular:

A SOCIOLOGIA DEVE FAZER PARTE DAS DISCIPLINAS QUE ESTÃO NO VESTIBULAR?
(EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim

A justificativa vinha acompanhada da afirmação de que "deve cair porque é fácil". Tal fato talvez possa apontar como um ponto positivo para o ensino de Sociologia em ambas as escolas. Mostra que os alunos tem mais facilidade ao estudar Sociologia.

Considerações Finais

Essa pesquisa, que até o presente momento não foi concluída, aponta algumas reflexões sobre a percepção da prática docente e a necessidade de pesquisarmos essa realidade, principalmente em relação ao ensino de Sociologia.

Nossa opção metodológica considerou como foco principal a perspectiva dos alunos nesse contexto de ampliação do contato com a disciplina. Procuramos perceber o que pensam sobre o ensino de Sociologia e sobre a sua presença no vestibular. Tentamos buscar mais elementos

⁵ Vale destacar que a amostra desta pesquisa é de 100 alunos.

que auxiliassem a reflexão sobre o ensino de Sociologia nas escolas e, em especial, nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, realidade na qual estamos inseridos.

Apesar de vivermos atualmente um período riquíssimo em relação ao ensino de Sociologia muito ainda precisa ser feito. Como já mostrado na história de implementação da Sociologia no Brasil, a intermitência marcou esse século de idas e vindas da disciplina. Não sabemos ainda se o momento atual será diferente.

Alguns atores do saber sociológico como pesquisadores, professores e estudantes de ciências sociais precisam contribuir cada vez mais para a consolidação da disciplina e aprimoramento desse ensino.

Munidos de argumentos científicos e dados empíricos é possível avançar cada vez mais no processo educacional brasileiro que passa atualmente por uma profunda transformação.

Para isso, tais atores precisam se articular e romper as fronteiras simbólicas que os separam. Referimos-nos aqui tanto aos muros entre professores e alunos quanto ao muro que separa a universidade e a escola, o pesquisador/bacharel do professor/licenciado.

Acreditamos ser possível, a partir dessa reflexão que considera pesquisadores, docentes e discentes, trazer novas indagações à prática docente e possíveis respostas sobre como aprimorar e entender mais sobre a Sociologia no ensino médio.

Submetido em março de 2009

Aprovado em outubro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1998), "A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura", *In: M. A. Nogueira (org.), Escritos de Educação*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Decreto Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. *Diário Oficial da União*, publicado em 27 de Dezembro de 1996.
- Decreto Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, publicado em 23 de Dezembro de 1996.
- Decreto Lei nº 11.684, de 2 de Junho de 2008. *Diário Oficial da União*, publicado em 03/06/2008.
- ESTEBAN, Maria Teresa. (2001), "A avaliação no cotidiano escolar", *In: ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro, DP&A.
- GOULART, Cecília. (2003), "Reinventando diálogos, vínculos, razões e sensibilidades", *In: Teixeira, I. A. & Lopes, J. S. (orgs.). A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte, Autêntica.
- MONTEIRO, Ana Maria (2002), "A prática de ensino e a produção de saberes na escola", *In: Candau, V. M. (org.). Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro, DP&A.
- OCN - Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006.
- PERALVA, Angelina Teixeira & SPOSITO, Pontes Marília. (1997), "Quando o sociólogo que saber o que é ser professor – Entrevista com François Dubet". *Revista Brasileira de Educação*, 5, 6:222-231.
- SAES, Décio e ALVES, Maria Leila (2004), "Problemas vividos pela escola pública: do conflito social aos conflitos funcionais (uma abordagem sociológica)". *Linhas Críticas*, 10, 19:165-182.
- SANTOS, Mário Bispo dos (2004), "A Sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio". *In: CARVALHO, L. M. G. (org.). Sociologia e Ensino em Debate — Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Rio Grande do Sul, Unijui.
- TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise (1991), "Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática docente". *Teoria & educação*, 4:215-233.